



Beatriz Nascimento: Caminhos De Uma Intelectual Quilombola¹

Marina Lícia dos SANTOS²

Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, SE

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar traços da vida e da obra da historiadora sergipana Beatriz Nascimento. Nele, seguiremos dois grandes eixos em torno dos quais seus trabalhos foram estruturados: a conceituação de quilombo e as subjetividades negras. É, pois, necessário apresentar sua trajetória acadêmica, intelectual, política e artística, a partir da análise dos trabalhos publicados por ela em jornais e revistas entre as décadas de 1970 e 1990, bem como outros escritos publicados postumamente. Sua obra engloba gêneros diversos como poesia, aforismos, relatórios, crítica historiográfica, projetos de pesquisa, roteiro cinematográfico, entre outros. Muitos desses textos foram reunidos e publicados em três livros: *Eu sou atlântica* (2006) – com Alex Ratts, *Todas as distâncias: poemas, aforismos e ensaios* (2015) e *Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual* (2018). Tendo sua vida interrompida precocemente, Beatriz Nascimento nos facilita a compreensão de suas inquietações por meio de uma escrita autoetnográfica, onde as narrativas de si e os seus processos subjetivos eram sempre relacionados ao campo epistemológico historiográfico mostrando como as questões referentes ao entendimento do negro nas esferas política e acadêmica se refletem no inconsciente coletivo brasileiro, gerando racismo e desigualdade social. Nesse viés, a autora denuncia o apagamento das memórias sobre os povos negros no Brasil e propõe a ideia de um “continuum histórico” entre a África e o Brasil por meio do conceito de “quilombo”, apontado como um território físico, existencial e psíquico por meio do qual seria possível preservar os ideais e modos de vida trazidos ao Brasil pelos africanos escravizados.

Palavras-chave: Beatriz Nascimento; quilombo; intelectual negra.

Introdução

Iniciarei esse texto, fazendo minhas as palavras de Anin Urasse, que no prefácio ao livro *Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual*, publicado pela editora Filhos da África em 2018 disse: Meu quilombismo, minha quilombagem, Mameto, é ler você.

Ler Beatriz Nascimento, é encontrar um lugar de refúgio, é um encontro com o meu eu negro. Beatriz traz em seus escritos a denúncia ao etnocentrismo e ao

¹ Trabalho apresentado no GT 03 – Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020. Agradeço aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisa de História da África e da Diáspora Africana (GEPHADA).

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da UFS, E-mail: marinalicia@academico.ufs.br



privilégio macho e branco na escrita da história, nas políticas sociais, nas relações acadêmicas, nas práticas da vida cotidiana.

Foi uma mulher negra intelectual de esperteza, sensibilidade e criatividade. Ela era uma mulher negra, forte e poética.

O quilombo pra Beatriz Nascimento é pensado enquanto um espaço físico que atravessou diversas ressignificações ao longo do tempo dentro do contexto afro-diaspórico. Para ela o quilombo além de ser um espaço físico de refúgio, preservação de memórias, valores e costumes dos povos africanos, era pensado enquanto possibilidade de afirmação da vida, culminando com a ideia de um território psíquico de auto cuidado, criação e ressignificação estética da vida dentro de um sistema de opressão e subjugação dos povos negros.

Esse trabalho foi feito a partir da análise dos textos publicados por Beatriz Nascimento entre em jornais e revistas entre as décadas de 1970 e 1990, bem como outros escritos publicados postumamente. Seus textos foram reunidos e publicados em três livros: *Eu sou atlântica* (2006) – com Alex Ratts, *Todas as distâncias: poemas, aforismos e ensaios* (2015) e *Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual* (2018). Além desses, Beatriz escreveu também um roteiro para um documentário intitulado *Orí* (1989).

Seguindo o método de análise do discurso de Foucault, tem-se por objetivo analisar traços da vida e da obra da historiadora sergipana Beatriz Nascimento. Apresentaremos sua trajetória acadêmica, intelectual, política e artística, a partir da análise dos trabalhos publicados por ela, cartografando assim suas subjetividades e inquietações. Seguiremos assim dois eixos principais de sua obra: a conceituação de quilombo e as subjetividades negras.

Sua obra engloba gêneros diversos como poesia, aforismos, relatórios, crítica historiográfica, projetos de pesquisa, roteiro cinematográfico, entre outros. Beatriz Nascimento partia sempre do ponto de vista do povo negro, elencando principalmente suas próprias vivências, o que nos ajuda na compreensão de suas subjetividades.

As narrativas de si e os processos subjetivos da historiadora eram sempre relacionados ao campo epistemológico historiográfico mostrando como as questões referentes ao entendimento do negro nas esferas política e acadêmica se refletem no inconsciente coletivo brasileiro, gerando racismo e desigualdade social.

Beatriz Nascimento denuncia o apagamento das memórias sobre os negros no Brasil apontando a necessidade de se reescrever a história com base na ideia de um



“continuum histórico” entre a África e o Brasil onde o “quilombo”, representa um território físico, existencial e psíquico onde seria possível preservar os ideais e modos de vida trazidos ao Brasil pelos africanos escravizados.

A trajetória de uma intelectual quilombola

Maria Beatriz dos Santos Nascimento nasceu em 1942 em Aracaju, filha de um pedreiro e de uma dona de casa. Morreu em 1995 no Rio de Janeiro, ao tentar salvar uma amiga da agressão do marido.

Beatriz se muda com sua família para o Rio Janeiro em 1950, onde passou o resto da infância no bairro Cordovil. Durante a infância, ajudava sua família no cultivo de alface, maxixe, jiló, banana e outros gêneros alimentícios que eram cultivados no quintal de casa e vendidos para o sustento da família.

Beatriz fala em seus escritos sobre várias situações de racismo que sofreu durante sua vida, entre essas situações, ela elenca um caso de abuso que sofreu ainda na infância. Trauma que marcou sua vida, fazendo com que desde de cedo ela sentisse em sua pele a barreira social que separa pessoas por ponta de sua cor e de sua classe social.

Ela então ingressa no curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968 onde se formou em 1971. Participou ativamente do movimento negro durante a década de 1970, que era perseguido e fiscalizado pelos órgãos repressores da ditadura militar. Em 1974 participou da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense, grupo do qual foi coordenadora. Participou ainda da criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos entre outros, fundando o movimento negro contemporâneo em um período onde discutir racismo era considerado subversão social, ferindo a Lei de Segurança Nacional. Viajou por países da África e vários estados brasileiros com financiamento de órgãos públicos e privados, afim de pesquisar as raízes históricas dos negros do Brasil, da ancestralidade transatlântica que nos relaciona e constituem nossas memórias. Essa busca pela reconstrução identidade do povo preto atravessava a existência de Nascimento, era uma busca por seu próprio Eu.

Segundo ela, “A ausência de uma historicidade escrita e uma historicidade dispersa requereu um esforço da memória histórica recalçada” (NASCIMENTO, 2018, p. 361). Para ela, a negação da história do negro é parte do plano pernicioso de um



estado brasileiro militarizado e violento, que se vale do silenciamento como estratégia para manter-se no domínio.

Nascimento escreveu muitos poemas, aforismo, textos jornalísticos, roteiro de filme, críticas cinematográficas, ganhou bolsas de pesquisa, foi pesquisadora do Arquivo Nacional e da FGV. Em 1999, 4 anos após sua morte, seu acervo é doado por sua família ao Arquivo Nacional. Em 2016 seu nome é eleito num concurso feito nas mídias sociais para nomear Biblioteca o Arquivo Nacional

Métodos e influências

Sempre muito atenta, Beatriz Nascimento lia de tudo que tinha de mais atual. Leitora crítica de autores “clássicos” dos estudos raciais e étnicos, a exemplo de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Edson Carneiro e Florestan Fernandes, entre outros. Ao mesmo tempo que dialogava com autores como Clovis Moura e Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento e Neuza Santos Souza.

Quanto ao seu método de pesquisa e escrita estes demonstram um rigor historiográfico, ainda que para isso ela precise se valer de outros métodos, afim de serem alcançados os objetivos de suas pesquisas. Sendo assim, ao longo de seu trabalho, Nascimento desenvolve demonstra proficiência no trato com documentações arquivísticas, mas não limita-se aos documentos: recorre à história oral e ao método antropológico sempre que faltam fontes escritas, rompendo com a dureza do campo historiográfico.

Já desde os seus primeiros estudos, Nascimento adota uma metodologia híbrida de pesquisa, com o uso de auto-etnografia e da história oral para além da pesquisa documental. Sabemos que esses métodos são alvo de crítica por parte de uma corrente mais tradicional do campo historiográfico, sendo assim, pode-se considerar que a escrita de Beatriz Nascimento representa uma quebra de paradigmas, em nome do que ela mesmo chamou de “movimento da história”, afim de trazer à tona questões sobre as quais os documentos calam.

Nesse entendimento, podemos apontar seu envolvimento com o seu objeto de análise como uma inovação ao campo da escrita da história nos anos 1970. Beatriz partia de uma análise de sua própria condição de mulher, negra e periférica, que teve uma infância marcada por abuso e pela discriminação. Esses aspectos de sua trajetória são relacionados por ela à herança da escravidão e da subsequente condição de inferioridade a que o negro foi submetido no Brasil.



Ela então traça um pensamento inovador que passou por diversas modulações à medida que incorporava novas influências teóricas ao seu pensamento. Dentro do movimento negro, ela opta por um pensamento independente, se afastando de um pensamento romanizado acerca das trajetórias negras tanto na África quanto no Brasil. Sempre levantando a bandeira do quilombismo e do povo negro, numa luta que guerreou muitas vezes sozinha, pois dentro da academia foi discriminada chegando a ser vista como desequilibrada mental.

Preocupou-se pois com a condição da mulher negra na sociedade brasileira, partindo sempre de questões que a perpassavam, como o lugar e o corpo da mulher negra. Em diversos textos, tanto acadêmicos quanto poéticos, ela expressa seu mulherismo, trazendo a ideia do corpo da mulher enquanto lugar sagrado pela dom da reprodução e enquanto símbolo de força e resistência.

Critica a escola marxista, em seus estudos referente ao negro, desde a década de 1970 Nascimento reivindica a necessidade de que sejam considerados os aspectos particulares das experiências negras, por entender que os estudos sobre a sociedade de classes não dá conta de abarcar as questões individuais dos sujeitos negros, que extrapolam os processos sócio econômicos.

Nos anos 1980 sua escrita passa a apresentar influências do pensamento psicanalítico. Ela publica o texto intitulado *The "Negro" Inside*, no *Village Voice*, de Nova Iorque, em março de 1982. Esse texto começa a apresentar, possui fortes influências das ideias decoloniais do pensamento psicanalítico de Frantz Fanon. No livro *Peles Pretas Máscaras Brancas* (2008), Fanon analisa diversas situações de racismo, assim como obras teóricas e literárias.

A partir dessas análises, ele aponta as dificuldades que os sujeitos negros enfrentam em constituírem-se enquanto agentes de sua própria história. Nesse processo de silenciamento de suas origens e de negação de seu corpo e sua cultura, o negro sofre um processo de alienação social. Numa sociedade em que a regra de humanidade é branca, o indivíduo que não se comportar como branco, não passa pelo crivo imposto pela sociedade, logo, toda vez que o negro tenta imitar o branco para ser aceito como humano, irá deparar-se com a barreira da cor. Comportar-se como branco é portanto uma estratégia de sobrevivência. As máscaras são nesse caso, os mecanismos usados pelos indivíduos em busca de aceitação social, para livrar-se do peso que a negritude representa em uma sociedade racista.



Ao mesmo tempo o autor salienta que sua luta não é contra o homem europeu, nem contra a cultura europeia, mas contra os mecanismos políticos e ideológicos do colonialismo que hierarquizam os seres humanos e as diferentes culturas. Ao estabelecer o branco como padrão estético de belo e bom, a ideologia ocidental introjeta na cabeça dos que não se enquadram nesse padrão o sentimento de inferioridade. Segundo Fanon esse é um processo de via dupla: “inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade”.

Beatriz Nascimento narra diversos casos vivenciados por ela em lugares públicos, em brincadeiras de infância trazendo questionamentos como a questão da perda de si, a introjeção do branqueamento e a ideia das máscaras.

Nos anos 1990 Nascimento se aproxima de autores pós modernos da chamada filosofia da diferença, introduzindo em sua escrita conceitos como devir, diferença, multiplicidade, territorialidade existencial, desterritorialização, minorias, entre outros. Influenciada por autores como Nietzsche, Deleuze, Guattari e Foucault, ela apresenta a ideia do que chamamos hoje de lugar de fala, ao dizer que parte de um lugar que é o lugar de sua etnia, sua subjetividade e sua herança social.

Influenciada por essa vertente ela passa a defender um olhar acentrado sobre o negro, passando a usar o conceito de subjetividades para tratar de suas especificidades: “Sinto-me sempre escrevendo de mim, mas esse *mim* contém muitos outros, então escrevo de um coletivo sobre e para essa coletivização” (NASCIMENTO, 2018, p. 420). Nascimento coloca-se como objeto de sua própria análise, ressaltando a necessidade de serem analisados os conceitos utilizados na relação com o negro. Ela critica a falta de profundidade com que as relações raciais no Brasil são analisadas, sendo posta em comparação com outros países ou analisadas simplesmente do ponto de vista sócio econômico, e de sermos ainda analisados sempre a partir do ponto de vista da classe dominante, com posicionamentos impregnados de sua cultura e seus padrões de pureza, beleza e de sua própria linguagem e aspirações, imputando-nos uma consciência e uma moral que é deles, a respeito do que ela elucida:

(...) queríamos mostrar na prática como a ideologia de dominação representa nela mesma, através da linguagem, o preconceito evidencia uma situação de fato, isto é, o racismo, a discriminação. A “aceitação”, a “integração”, a “igualdade” são pontos de vista do dominador. (RATTS, 2006, p. 43)



Ponto de partida nos estudos sobre os quilombos

Nas primeiras pesquisas apresentadas por Beatriz em seus estudos sobre quilombo ela apresenta o documento do Conselho Ultramarino datado de 1740, referente à primeira legislação que regulamentava a questão do quilombo. Esse documento definia como quilombo toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco ainda que não tenham pilões nem ranchos levantados (ainda que, segundo Beatriz, o primeiro relato sobre quilombo que ela encontrou data de 1559, a primeira lei que tratava dessa questão é do século XVIII).

Os questionamentos levantados por ela tratam da grande disparidade que essa lei representa, já que os quilombos chegavam a ajuntar grandes contingentes de pessoas longe do domínio senhorial, chegando a atingir mais de 20 mil habitantes. Ou seja, uma mesma legislação servia para classificar quilombos de 5 ou de 20 mil pessoas. Ela usa essa disparidade a favor do quilombo, refletindo que nós também, enquanto negros, que vivemos marginalizados diante do sistema que oprime e rejeita os corpos, podemos nos aquilombar, seja num contexto que abranja muita gente, ou dentro de nosso próprio corpo.

Além desse documento ela cita o Dicionário da Língua Portuguesa de autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira que trazia no verbete *Quilombo* os seguintes significados: do quimbundo, capital, povoação, união; S.M. brasileiro: valhacouto de escravos fugidos. A partir desses significados, ela vai até a África em busca de mais informações sobre o sentido de quilombo nas regiões do Congo e Angola. Ela busca também refletir sobre o sentido que essa palavra passou a ter no Brasil, reivindicando a mudança de uma noção preconceituosa que se tem de quilombo, como casa de prostituição e lugar de confusão, conotações impressas no imaginário social por conta do pensamento eugênico da nossa cultura.

Em seguida ela apresenta uma pesquisa feita em livros didáticos, com a qual se indigna por conta da abordagem que eles traziam sobre os quilombos, apresentando-os como uma instituição fracassada, além do heroísmo conferido à Domingos Velho, à princesa Isabel, entre outros, reforçando o caráter paternalista e etnocêntrico na libertação conquistada pelos negros no Brasil.

Ela parte então à crítica aos escritos clássicos a respeito dos quilombos, visitando autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edson Cordeiro, Gilberto Freyre, entre outros. Neles, ela se opõe à visão paternalista que dociliza as relações entre senhores e escravos, a visão de que os quilombos foram instituições



fracassadas e a ideia de que eles simbolizavam uma fuga da luta contra o sistema e não uma forma de resistência, e portanto teriam pouca importância. Para Beatriz, os quilombos não são instituições fracassadas, ao contrário, eles sobreviviam bastante tempo, eram organizados, planejados estrategicamente para poder sobreviver paralelamente ao regime colonial, e chegavam a acolher milhares de pessoas.

Os significados de quilombo em diferentes épocas e contextos

Beatriz Nascimento criticava as generalizações nos estudos feitos sobre quilombos e contrapunha-se a conceitos usados pela historiografia tradicional que definia o quilombo como uma instituição fracassada, ou ainda como sinônimo de banditismo. Segundo ela, essa versão foi propagada nos currículos escolares, sendo arraigada na memória do estudante, conseqüentemente foram internalizadas no inconsciente coletivo de toda a sociedade brasileira, gerando sentimento de rejeição e inferioridade ao povo negro.

Ela visitou diversos quilombos no Brasil e em Angola, a partir de onde vislumbrou suas semelhanças e diferenças. A partir da análise das especificidades de cada quilombo, que iam se ressignificando no decorrer do tempo e da região onde se encontravam, ela defendeu a necessidade de um revisionismo historiográfico a fim de serem corrigidos os preconceitos, generalizações e as visões estereotipadas sobre os quilombos.

Uma das principais fontes bibliográficas utilizada por Nascimento foi o etnólogo Edson Carneiro. Fonte de suma importância em seus estudos, ela discorda da hierarquização feita por ele sobre as reações do negro contra a escravidão. Carneiro define as rebeliões negras em três graus: em primeiro grau de importância na luta de resistência estariam as revoltas, como por exemplo do levante dos malês na Bahia; em segundo lugar o caso da Balaiada no Maranhão; e em terceiro, estavam as fugas para os quilombos como o caso de Palmares.

Nascimento concorda quando Carneiro diz que o quilombo é um embrião de uma mudança social, discorda porém, quando ele caracteriza o quilombo como uma reação negativa de fuga. Para ela, os quilombos apresentavam estruturas variadas, que se diferenciavam de acordo com o lugar e com o período histórico no qual eram constituídos. Ela então julga necessário reformular a historiografia, reparando o corte que esta faz no que diz respeito aos quilombos.



Um ponto fundamental das análises de Nascimento é a ideia de que seria absurdo que os quilombos tenham existido durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, e tenham simplesmente deixado de existir, no século XX. Ela então afirma que houve uma ressignificação do sentido de quilombo na atualidade, em locais que resguardam a cultura e os modos de vida vindos da África.

Sabe-se que em terreiros, nas favelas, nas escolas de samba, nas periferias, nas comunidades rurais, e em outros locais onde há a predominância de negros, observa-se a herança quilombola através dos cultos sagrados, da música, das técnicas de trabalho, entre outros aspectos culturais. Em sua pesquisa de campo, valendo-se do método da etnografia e da história oral, Beatriz descobre a presença de vários quilombos como lugar de origem a diversos folguedos ligados aos negros. Um dos indícios observados era a presença do culto à santos como São Benedito, Santa Efigência e Nossa Senhora do Rosário.

Beatriz discorre ainda sobre uma continuidade geográfica entre as favelas e os quilombos, observando uma possível lógica dos trajetos migratórios entre os quilombos mais antigos e os mais recentes até das atuais favelas, ao longo do tempo. Pequenos quilombos eram prestadores de serviço aos moradores da vizinhança, faziam escambo, praticavam agricultura de subsistência e a confecção de artesanato. Segundo ela, um dos principais motivos pelos quais os quilombos foram tão atacados é o fato de que eles eram a prova de que era possível viver numa sociedade diferente da estabelecida pelo regime colonial, baseada na escravidão, monocultura e mineração. Sendo sociedades alternativas ao regime dominante, eram atacados sobretudo em momentos de crise econômica porque eram capazes de competir mercadologicamente.

Outro ponto interessante discutido pela autora é a questão da democracia racial. Ela joga com esse conceito, dizendo que essa expressão pode ser usada para refletir a relação entre índio e negro, mas não quando se fala do branco, que até hoje olha o preto o índio e o mestiço como inferior, menosprezando suas culturas, embora faça uso de vários de seus elementos. Os quilombos eram instituições abertas aos estrangeiros, a brancos e índios. A mistura de diferentes etnias não provocava conflito. Então para ela, ao passo que a sociedade brasileira não pode ser pensada em termos de democracia racial, o quilombo, enquanto espaço de acolhimento e diversidade, permite o uso desse conceito.



O desconhecimento a respeito das especificidades dos quilombos eram vistos como um problema pela historiadora sergipana, pois, parafraseando suas palavras, quando se homogeneiza o outro é muito mais fácil de desumanizá-lo.

Ela critica a história tradicional, formulada a partir dos documentos oficiais da repressão do estado militar brasileiro que trata o quilombo enquanto uma organização vencida, fracassada que deixou de existir depois a abolição. História essa que sempre elegeu seus heróis brancos como Domingos Jorge Velho, a princesa Isabel entre outros, demonstrando seu posicionamento ideológico etnocêntrico. Para Nascimento, o caráter do negro derrotado, fugitivo, vencido que ficou impresso na literatura é pernicioso pensando em termos de psicologia social. Segundo Nascimento, isso levou a propagação de um conhecimento limitado sobre o quilombo, privilegiando a visão do colono opressor.

O quilombo é uma possibilidade de organização econômica social e cultural. Nascimento aponta o quilombo como motivo para a destruição, cobiça e disputa pelo território, já que o quilombo representa uma forma alternativa à vida uma possibilidade além de regime colonial. Para Nascimento, os quilombos eram um problema à sociedade escravista pois ocupavam boas terras para agricultura e mineração, por esse motivo os portugueses saqueavam e invadiam, caso contrário, podiam conviver por mais tempo, sendo no entanto atacado com diversas justificativas amparadas pela lei.

Em 1985 Nascimento começa a apresentar estudos mais sistemáticos sobre os quilombos na África, nos quais usa como referência o historiador africanista David Birmingham (1973), considerado o que se tinha de mais avançado nos estudos sobre a história de Angola. A partir dessa leitura e de suas visitas ao continente africano, Nascimento conclui que os quilombos, enquanto modo de vida, são expressões herdadas dos jagas e dos imbangalas, povos que habitavam a região do Congo-angola.

Ao contrário do que ficou expresso pela literatura clássica sobre os quilombos, eles chegaram a ser instituições duradouras, a exemplo do Quilombo de Palmares. Segundo Nascimento, isso foi propiciado por conta de fragilidades dentro do próprio regime colonial nos séculos XVI e XVII. Já nos séculos XVIII e XIX, segundo Nascimento, os quilombos não apresentam a mesma força. Nesse período surge a primeira lei que regulamenta o castigo dado aos quilombos, no dia 2 de dezembro de 1740. Pelo código penal de 1835, os quilombos foram igualados à insurreição,



designando-os com o termo de valhacouto de bandido. Enquadrados como o perigo negro, seus integrantes eram condenados ao degolamento (NASCIMENTO, 2018, p. 284).

Nascimento denuncia a política eurocêntrica militarizada que oprimia o corpo negro nas lavouras, nos trabalhos precários, que usa a força de seu trabalho ao mesmo tempo que o rejeita e o descarta. Que são pautadas por práticas de um regime eugenista e paternalista, que se afirma enquanto dominador, relegando o negro a uma posição de subserviência. Que retrata os negros com uma ideia de bestialidade e ignorância, relegando-os a manterem-se sob seu domínio com a desculpa de educarem-se para a vida em sociedade.

Em um texto intitulado “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades do processo da abolição brasileira” (2007), a historiadora Lilia Schwarcz analisa o contexto e a mentalidade dos agentes envolvidos no processo da abolição da escravatura. Ela explica como foram gerados os discursos oficiais e dos diversos setores da sociedade, reproduzindo a ideia de que a abolição foi concedida graças à generosidade da princesa Isabel, então representante do estado, assim como dos senhores proprietários de terra, que vieram a ser os chamados “homens bons” da República Velha, justamente pela relação de clientelismo gerada com os negros libertos. Destes, era esperado o sentimento de gratidão ao seu ex senhor pela bondosa dádiva da liberdade e a aceitação de permanência no lugar de subserviência, aquele que contrariasse essa ordem era visto como desordeiro, vagabundo. Os negros insurretos e conscientes não deviam existir. Ao branco caberia portanto o papel de conduzir os negros à vida civilizada, já que esses eram considerados moral e intelectualmente despreparados. Os negros deveriam manter-se nos domínios feudais de seus senhores e agradecer a graça da alforria concedida pela bondade de sua majestade. Essa questão foi muito debatida pela Beatriz Nascimento.

A abolição surge como um processo de uma só mão, conduzido por brancos “benfeitores”, cujo papel é trazer os negros para a civilização, com ordem e muita tutela: era preciso “preparar a libertação”. (SCHWARCZ, 2007)

A linha que segrega brancos e negros remonta a mentalidade desses discursos, cuja visão foi endossada no campo científico. No livro “A diversidade moral e intelectual das raças” (1856), o Conde de Gabineau dizia ser possível dividir as “raças” humanas de acordo com o intelecto, as propensões animais e as manifestações morais. Segundo essa divisão, os brancos estariam sempre no topo e



os negros sempre no último grau da escala evolutiva. Para Gabieneuve, o problema não estava na existência de “raças” diferentes, mas nas misturas delas, o que representava um entrave ao projeto de nação brasileira (DAMATTA, 1986). Essas ideias foram fundamentadas a partir de uma interpretação equivocada da obra de Darwin, unidas posteriormente com as chamadas leis de Mendel, formando a base da ideia de eugenia, por meio da qual seria possível identificar características raciais de grupos sociais que estariam predispostos a uma vida parasitária. A difusão dessas ideias gerou amplas discussões relativas à construção do processo civilizatório do país, definindo-o como “inferior” em relação aos países europeus por conta da miscigenação.

Por outro lado, a miscigenação era defendida por diversos intelectuais como uma medida necessária ao “melhoramento da raça brasileira” por meio da injeção de sangue branco, único meio de superarmos o atraso no nosso projeto de nação. Ao tempo que a miscigenação era associada ao atraso e à degradação, ela era também apresentada como solução ao “problema” da grande população de negros e mulatos existente no Brasil. Essas questões são discutidas por Schwarcz no livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930* (1993), onde, por meio da análise dos discursos dos magistrados de meados do século XIX, ela demonstra como a preocupação do estado girava em torno do “melhoramento” da aparência física da população brasileira, mas não tocavam na construção de medidas que buscassem integrar os negros à nova configuração social.

Uma das grandes inquietações de Beatriz Nascimento é com relação ao desaparecimento dos quilombos no século XX na historiografia oficial. Para ela, esse apagamento é mais um retrato da mentalidade colonialista, que ao hierarquizar as culturas, exerce seu domínio por meio da negação das memórias de culturas que se diferenciam do padrão europeu. No século XX o quilombo adquire então um papel ideológico. Como antes tinha servido de manifestação de resistência ao colonialismo, no século XX o quilombo volta-se como código de reação ao colonialismo cultural, reafirmando a herança africana e buscando um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade negra. A reescrita histórica sobre os quilombos reivindicada por Nascimento impulsionaria um movimento que tem como finalidade a revisão de conceitos históricos estereotipados que marcaram os saberes e as práticas sociais, afim de devolver aos negros o seu território físico e existencial.



Quilombo Como Território Existencial

A herança da visão distorcida sobre o quilombo sendo associado à banditismo, casa de prostituição, bagunça e uma série de significados pejorativos intensificam o racismo, o preconceito a auto negação, a rejeição aos corpos negros. Para superar os estigmas gerados pela opressão do estado, e a imposição de uma vida marginalizada, o quilombo assume então, para além de um território físico, uma categoria ideológica, psicossocial de auto afirmação da população negra. Para Beatriz Nascimento o quilombo existiu e ainda existe enquanto lugar de resistência negra.

o quilombo pode ser uma atitude dos negros de se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal que ele se apresenta enquanto assentamento social e organização que cria uma nova ordem interna e estrutural (NASCIMENTO, 2018, p. 69).

Quilombo deixa de ser considerado apenas enquanto um espaço físico que atravessou os séculos, passou por diversas mudanças territoriais, administrativa e estratégica, sendo elevado à uma categoria de atitude política e existencial do corpo negro. Uma atitude política e estética de resistência e auto cuidado, uma postura de afirmativa sobre a vida. Um lugar de reencontro e com o nosso eu negro, mencionado pela Nascimento em um artigo publicado pela Nascimento intitulado My Negro Inside.

Então ela reivindica que o negro tem o direito do acesso a sua origem as suas memórias, direito que passa pela reescrita de uma história acentrada, que valoriza a diferença. Assim sendo, essas ideias poderão ser desenvolvidas no campo da educação do povo, fazendo-se proliferar a ideia de uma sociedade múltipla. O pensamento de Nascimento se pauta então pela importância de retorno a si, como forma de enfrentamento e auto afirmação do negro na sociedade, afim se que sejam superados os discursos de negação e inferioridade racial.

Beatriz celebra a importância de diversos movimentos como por exemplo o Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias do Nascimento em 1944 no Rio de Janeiro, cuja proposta era a valorização do corpo negro e sua ancestralidade a partir de uma estética própria. A estética do quilombo pode ser associada a esses espaços onde as vivências negras são privilegiadas. O termo Quilombo era amplamente usado pelos movimentos negros, desde o Teatro Experimental do Negro, cujo jornal chamava-se Quilombo.

Então, fundamentalmente o que eu quero procurar no meu trabalho é trazer à luz essa capacidade do negro de empreender uma organização social, de



empreender uma vida própria deles, com cultura própria, com relações próprias, e mostrar que hoje em dia talvez eles ainda tenham esse tipo de organização própria, de relações próprias, e um dos grandes trabalhos que ele tem que fazer seja realmente de se conscientizar dessa sua posição diante do mundo e tentar botar para fora essa organização que ainda persiste ao nível das relações entre si e dos grupos negros. (NASCIMENTO, 2018, p. 130)

A ideia do quilombamento perpassa então esses lugares de vivência, criação e auto afirmação da cultura e da identidade do povo negro, seja na música, no terreiro, no teatro, no cinema, nos movimentos sociais e acima de tudo, nas nossas próprias cabeças.

Continuum Histórico entre África e Brasil

O quilombo foi uma forma de afirmar a vida, de auto preservação dentro de um sistema que oprime, que mata, desumaniza, foi a forma de preservar as memórias e os costumes da África em nós. Para Beatriz Nascimento, a ideia do continuum histórico do quilombo representa um elo de ligação entre a África e o Brasil, possibilitando o direito e o acesso às memórias dos povos que foram escravizados, cujas raízes foram silenciadas propositalmente, sendo uma faceta da violência exercida pelo sistema colonial.

Todo historiador é um conversador e um sonhador em busca deste continuum, digamos mesmo ser esta a nossa meta enquanto estudiosos do processo do homem no planeta. (...) A continuidade seria a vida do homem - e dos homens - continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros. (NASCIMENTO, 2018, p. 254)

O quilombo foi e é um ato de resistência, de auto preservação, um espaço de afirmação da identidade negra, onde os negros podiam viver e transmitir seus conhecimentos, sua cultura sua ancestralidade, por isso mesmo é um lugar de preservação da cultura e da história africana. Nesse sentido Beatriz defende que o quilombo é um elo de ligação dos negros e as memórias dos nossos antepassados, que haviam sido negadas pela historiografia por conta do seu caráter etnocêntrico.

Os espaços acadêmicos estão tradicionalmente imersos em uma estrutura de poder que silencia vozes dissonantes do seu projeto unificador do conhecimento. Produz um conhecimento incompleto, dirigido à uma parcela reduzida de pessoas, perpetuando um ciclo fechado do saber colonizador, que monopoliza a linguagem, a



cultura e que inferioriza a experiência do Outro, ao tempo que se diz imparcial. Quando esse saber engessado em si mesmo lança seu olhar sobre o que considera subalterno, distorce a imagem produzindo um discurso de dominação que só serve aos seus próprios interesses.

No documentário Orí (1989), Nascimento se diz chocada com o eterno estudo da escravidão dentro da academia, como se o homem negro, em toda a história do Brasil, tivesse participado apenas como mão de obra escrava nas fazendas e minerações. Essa visão produzida nas pesquisas acadêmicas, se refletiu no que tem sido escrito nos livros didáticos, ensinado nas escolas, reproduzindo a negação cultural da matriz africana, apagando a marca da religião, das revoltas escravas e do pensamento, que influenciaram a formação do Brasil.

Nascimento propõe que se busque uma metodologia diferente para estudar a História do Negro no Brasil, com outros conceitos, que renunciem os universalizados pela voz dominante. Uma análise que busque identificar em nós mesmos, negros brasileiros, os elementos de auto enunciação, afim de que nos afastemos de mentalidades da cultura dominante que nos foram inculcados e que muitas vezes passam despercebidos, afim de que nos inteiremos de uma consciência histórica como sujeitos ativos, emancipados do ponto de vista teórico interpretativo, enquanto participantes e não como vítimas ou como sujeitos dependentes das definições propostas pelo olhar dominante.

O silenciamento imposto pela cultura europeia pode ser considerado com um dos dispositivos do colonialismo, de manter culturas subalternizadas, relegando-as ao esquecimento. O silêncio gera o desconhecimento, este por sua vez alimenta o preconceito que se reproduz em todas as esferas do fazer social, seja nas artes, na ciências, na vida quotidiana, na academia de homens letrados, na escrita da história.

Nascimento defende então, enquanto metodologia de análise sobre os quilombos, um estudo que estabeleça uma relação de continuidade com o sentido de desfazer o hiato histórico que provocou uma ruptura do negro com o seu passado. Nessa perspectiva, o quilombo representa a união com a nossa ancestralidade, que foi ofuscada pelo lapso temporal e espacial promovida pelos fluxos diaspóricos.



Considerações finais

Como vimos, o quilombo pra Beatriz Nascimento representa uma multiplicidade de significados que foram variando ao longo do tempo dentro do contexto afro-diaspórico. Além de ser considerado um espaço físico onde os negros se refugiavam, e desenvolviam suas práticas sociais, preservando as memórias, valores e costumes dos povos africanos, Nascimento o pensava também enquanto território psíquico que possibilita de afirmação da vida, criação e ressignificação estética dentro de um sistema que oprime os povos negros.

Por meio da trajetória e da análise dos trabalhos publicados por Nascimento, foi possível traçar um mapa de suas subjetividades e inquietações enquanto mulher, preta e acadêmica. Pudemos compreender como ela ligava as suas questões subjetivas com o contexto histórico geral do negro nas esferas social, política, econômica e acadêmica e como essas questões são refletidas no inconsciente coletivo brasileiro, gerando racismo e desigualdade.

Beatriz Nascimento fez de sua vida uma trajetória de luta contra o racismo que foi responsável pelo apagamento das memórias sobre os negros no Brasil. Ela defendia a importância de se reescrever a história do ponto de vista do quilombo, onde este era apontado como um espaço físico e existencial que se ressignificou ao longo do tempo. Esses diversos significados foram ligados pela autora com base na ideia de um continuum histórico que liga a África ao Brasil, possibilitando a preservação da cultura africana em nosso país.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 . 12. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Orí.** Documentário, Direção: Raquel Gerber, 1989.

_____. **Todas as distâncias:** poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Organizadores: Ratts, Alex. Gomes, Bethania. Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

RATTS, Alex J. P. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Dos males da dádiva**: sobre as ambiguidades do processo da abolição brasileira, in: Olívia Maria Gomes da Cunha; Flávio dos Santos Gomes (orgs.), Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: Possibilidade nos dias da destruição. Coletânea-organizada e editada pela UCPA. Editora Filhos da África, 2018.